



Decisão 01831/2021-3 - 1ª Câmara

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 09040/2018-1

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPG - TX - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Guarapari - Taxa de Administração

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: MARIA HELENA BELMOCK

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – SOBRESTAR – PROMOVER DECISÃO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DO PROCESSO TC 5214/2014.

1. A pendência de julgamento de representação, donde se extrai rubricas afetas ao pretense direito do servidor aposentando, impõe o sobrestamento do feito até o trânsito em julgado da mesma.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DE MAGISTÉRIO**, concedida à servidora em epígrafe, a partir de **31/10/2018**, por meio da **Portaria 60/2018** (fl. 35), com supedâneo no art. 6º, incisos I, II, III, IV, e art. 7º, da Emenda Constitucional 41/2003, que se submete à

apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma estatuída na Carta Magna, art. 71, inciso III, bem como no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico 00209/2021-1 e Validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico 00424/2021-1, tendo sido devolvido à origem por meio do Protocolo 1068/2021.

A área técnica, através do NRP – Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, emitiu a Instrução Técnica Preliminar – ITP 00237/2021-2, opinando pelo SOBRESTAMENTO do feito e a consequente devolução à origem, devendo retornar somente após o julgamento final da Representação por parte dessa Corte de Contas.

O Ministério Público Especial de Contas, por meio do Procurador, Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, mediante o Parecer 02307/2021-8, em consonância com a área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este magistrado de contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do artigo 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

A interessada aposenta-se no cargo de Profissional de Educação “A” – MAPA, 25 horas, Função Professora – Regente de Classe - Nível IV, Referência 18, do Quadro de pessoal do Município de Guarapari, contando com 28 anos, 3 meses e 18 dias de serviço/contribuição, sendo os proventos fixados no valor de R\$

4.259,50 (quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), conforme fls. 31-33 dos autos.

Da análise do feito, verifico que a área técnica e o *Parquet* de Contas opinaram pelo Sobrestamento do feito, em razão de constar do demonstrativo dos proventos, Adicional de Tempo de Serviço – ATS no percentual de 44,97% concedida com base no art. 150, § 4º, da Lei Municipal 1278/1991, revogada pela Lei 1635/1997, calculado de forma proporcional, sendo que a referida lei revogadora da anterior não previu regra de transição, matéria abordada no Processo TC 5214/2014, em trâmite neste Tribunal de Contas, no qual foi proferida a Decisão TC 3747/2015 relativa à concessão de cautelar para determinar ao Município que exclua o ATS da base de cálculo das demais gratificações.

Com efeito, a referida Decisão TC 3747/2015 determinou ao Município de Guarapari a adequação imediata da fórmula de cálculo das gratificações de assiduidade e quinquênio, excluindo da sua base de cálculo o adicional de tempo de serviço – ATS para os servidores que porventura, naquela data, viessem a adquirir o direito à percepção de alguma das referidas gratificações.

Em outro item, determinou a referida Decisão TC 3747/2015 que, com relação aos servidores que já percebiam as referidas gratificações naquela data, após a instauração do contraditório para cada servidor eventualmente afetado, fosse procedida análise individualizada e proferida decisão individualizada acerca da suspensão dos pagamentos das gratificações que não observem a regra acima, no exato montante considerado ilegal (montante calculado com incidência de efeito cascata).

Verifico do demonstrativo dos proventos que o ATS não está somado ao vencimento para o cálculo das gratificações de assiduidade e quinquênio, observando-se os termos da Decisão TC 3747/2015 proferida nos autos do Processo TC 5214/2014.

Todavia, a área técnica sugere o sobrestamento do feito com base na Instrução Técnica constante do referido processo, em que os técnicos responsáveis entenderam que a concessão do ATS calculado proporcionalmente

com base no § 4º, do art. 150, da Lei Municipal 1278/91, revogada pela Lei 1635/97, não possui respaldo legal.

Cita, ainda, a subscritora da ITP 220/2021 que, em situação análoga, tratada no Processo TC 3294/2017, o Ministério Público de Contas concluiu pela necessidade de sobrestamento do feito, por ser matéria abordada no Processo TC 5214/2014 – Representação, em que a concessão do ATS também foi objeto de questionamento pela área técnica deste Tribunal de Contas.

Em assim sendo, entendo que assiste razão à área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo SOBRESTAMENTO do feito até o julgamento definitivo do Processo TC 5214/2014 - Representação, que tramita neste Tribunal de Contas.

2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

1. DECISÃO TC-1831/2021-3

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. SOBRESTAR o andamento do feito, devendo retornar para efeito de decisão quando do trânsito em julgado do Processo TC 5214/2014, para apreciação da legalidade e eventual registro do ato por este Tribunal de Contas.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 25/06/2021 - 28ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Rodrigo Coelho do Carmo.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (relator)

5. Membro do Ministério Público de Contas: Procurador de Contas Heron Carlos Gomes de Oliveira.

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente